

Ata N.º	08/2016
Livro N.º	Folha N.º
38	

**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL**  
**ATA N.º 08/2017 DE 13 DE ABRIL**

----- Aos **treze** dias do mês de **abril** do ano de **dois mil e dezassete** nesta vila sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a oitava reunião camarária do ano em curso, de natureza extraordinária, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal, estando presente toda a Vereação, Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Delfina Maria da Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, Sr. Eng.º João Reis Paulo, Vereador em regime de meio tempo, Sr. Carlos Dias Mota e Sr. Dr. Cristóvão Malhada Ferreira, Vereadores em regime de não permanência. -----

----- A presente reunião extraordinária foi convocada por iniciativa do Sr. Presidente da Câmara ao abrigo do n.º 1 do artigo 41.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica, Regina Almeida Ramos. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e vinte minutos, e verificando-se haver quórum para funcionamento do Executivo e tendo todos os membros ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- De seguida passou-se à análise da **Ordem do Dia** oportunamente entregue à Vereação, como segue: -----

----- **a) Carlos Dias Mota, Vereador em regime de não permanência – Pedido de justificação de ausência à reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 7 de abril de 2017.** -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade e escrutínio secreto justificar a ausência do Sr. Vereador Carlos Mota à reunião do dia sete de abril de 2017. -----

----- O Sr. Vereador Carlos Mota não participou na votação deste assunto tendo-se ausentado e regressado após a tomada de decisão. -----

----- **b) Apreciação e votação do texto definitivo da ata da reunião ordinárias da Câmara Municipal do dia sete de abril,** aprovada e assinada em minuta na própria reunião. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o texto definitivo da ata da reunião ordinária do dia sete de abril de 2017. -----

----- O Sr. Vereador Carlos Dias Mota não participou na votação da ata por não ter estado presente na referida reunião. -----

----- **c) Apreciação a aprovação da proposta da 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento do ano de 2017.** -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após alguns esclarecimentos prestados pelo Sr. Presidente, o Executivo deliberou por unanimidade aprovar a 1.ª Revisão às GOP e Orçamento, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- **d) Delegação de competências na Junta de Freguesia de Vila Cova à Coelheira para execução da obra de “Requalificação da Rua Padre António Fonseca” na sequência da deliberação da Câmara Municipal de 7 de abril de 2017** – Proposta de aprovação da minuta do contrato interadministrativo. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade, na sequência de deliberação tomada na reunião ordinária do dia sete de abril do ano em curso, aprovar a minuta do contrato interadministrativo, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, que a seguir se transcreve, no seu teor integral: -----

*“CONTRATO INTERADMINISTRATIVO*

*Delegação de competências municipais para execução da obra de “Requalificação da Rua Padre António Fonseca”*

*Aos \*\*\*\*\* do mês de \*\*\*\*\* do ano de dois mil e dezassete, no edifício dos Paços Município de Vila Nova de Paiva, entre:*

▪ *PRIMEIRO OUTORGANTE: MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE PAIVA, pessoa coletiva de direito público registada sob número 506 809 323, .....*  
*e*

▪ *SEGUNDO OUTORGANTE: FREGUESIA DE VILA COVA À COELHEIRA, pessoa coletiva de direito público registada sob o número 506 824 292, .....*

*E considerando que:*

*a) O regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, prevê a concretização da delegação de competências através da celebração de contratos interadministrativos, prevista no artigo 120.º, entre órgãos de municípios e órgãos das freguesias e que pode efetuar-se em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;*

*b) A Junta de Freguesia de Vila Cova à Coelheira tem interesse em colaborar com a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva tendo em vista a adequada execução da obra de “Requalificação da Rua Padre António Fonseca”, criando as melhores condições de circulação para pessoas e viaturas;*

Ata N.º	08/2016
Livro N.º	Folha N.º
38	

*c) As atribuições dos municípios podem ser prosseguidas pelas freguesias desde que os órgãos municipais deleguem competências nos seus órgãos em domínios dos interesses próprios das populações destas, nomeadamente no âmbito da execução de obras da competência dos municípios;*

*É celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências municipais, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º, conjugado com o artigo 131.º, do regime jurídico da transferência de competências aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que se regerá pelas seguintes cláusulas:*

*Cláusula 1.ª*

*Objeto*

*O presente acordo tem por objeto estabelecer a delegação de competências da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva na Junta de Freguesia de Vila Cova à Coelheira, em matéria de execução da obra de “Requalificação da Rua Padre António Fonseca”, que passam a ser exercidas cabendo a esta responder, no plano técnico e político, pela realização da obra.*

*Cláusula 2.ª*

*Disposições e cláusulas por que se rege o contrato*

*1. Na execução do presente contrato de delegação de competências observar-se-ão:*

- a) O respetivo clausulado;*
- b) A Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e regime jurídico nela aprovado.*

*2. Subsidiariamente, aplicam-se ainda:*

- a) O Código dos Contratos Públicos;*
- b) O Código do Procedimento Administrativo.*

*Cláusula 3.ª*

*Prazo do contrato*

*O período de vigência do contrato de delegação de competências coincide com a duração da execução da obra, previsto para 60 (sessenta) dias, sem prejuízo do disposto nas cláusulas 13.ª e 14.ª.*

*Cláusula 4.ª*

*Aprovação*

*Os termos do presente contrato administrativo, em conformidade com o disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 9.º, alínea j), do n.º 1, do artigo 16.º, alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º e alínea m), do n.º 1, do artigo 33.º, todos do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de*

*setembro, foram aprovados, em definitivo, pela Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva na sua sessão ordinária que teve lugar no dia \*\*\* de \*\*\*\*\* de 2017, sob proposta da Câmara Municipal tomada na sua reunião ordinária realizada no dia \*\* de \*\*\*\*\* de 2017, e pela Assembleia de Freguesia de Vila Cova à Coelheira na sessão ordinária que teve lugar no dia \*\* de \*\*\*\*\* de 2017, sob proposta da Junta de Freguesia tomada na sua reunião ordinária que teve lugar no dia \*\*\* de \*\*\*\*\* de 2017.*

#### *Cláusula 5.ª*

##### *Recursos financeiros e modo de afetação*

*1. Os recursos financeiros destinados à execução do presente contrato de delegação de competências são disponibilizados pela Primeiro Outorgante e transferidos para a Segunda Outorgante mensalmente, até ao montante de € 16.960,00 (dezasseis mil, novecentos e sessenta euros), previsto nas grandes opções do plano e orçamento do município em vigor.*

*2. A transferência da verba será efetuada no prazo de 10 (dias) de calendário, mediante apresentação pelo Segundo Outorgante de cópia dos respetivos autos de medição da obra e cópias das correspondentes faturas.*

#### *Cláusula 6.ª*

##### *Recursos patrimoniais e modo de afetação*

*Os recursos patrimoniais destinados à execução do presente contrato de delegação de competências são disponibilizados pela Primeiro Outorgante à Segunda Outorgante, nas seguintes condições:*

*a) Apoio técnico à Segunda Outorgante, nomeadamente no âmbito da elaboração do projeto de execução da obra e no desenvolvimento do procedimento pré-contratual de formação do contrato;*

*b) Fornecimento em tempo útil dos meios necessários complementares, desde que solicitados previamente pela Segunda Outorgante e considerados justificados pelo Primeiro Outorgante.*

#### *Cláusula 7.ª*

##### *Recursos Humanos e Modo de afetação*

*Os recursos humanos destinados à execução do presente contrato de delegação de competências são disponibilizados pela Primeiro Outorgante à Segunda Outorgante, desde que solicitados previamente pela Segunda Outorgante e considerados justificados pelo Primeiro Outorgante.*

#### *Cláusula 8.ª*

##### *Obrigações adicionais do Segundo Outorgante*

Ata N.º	08/2016
Livro N.º	Folha N.º
38	

*1. Durante o período de vigência do presente contrato o Segundo Outorgante compromete-se a constituir arquivo autónomo, disponível para consulta, contendo a documentação relevante do processo de execução da obra, nomeadamente cópia dos documentos de suporte das despesas realizadas.*

*2. O Segundo Outorgante compromete-se a assegurar uma estreita colaboração com o Primeiro Outorgante, com vista ao mais correto acompanhamento e execução deste contrato e, em especial, a assegurar princípios de boa gestão patrimonial e financeira, tendo em consideração a legislação atualmente em vigor.*

*Cláusula 9.ª*

*Ocorrências e emergências*

*O Segundo Outorgante deve comunicar ao Primeiro Outorgante, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.*

*Cláusula 10.ª*

*Verificação do cumprimento do objeto do contrato*

*1. O Primeiro Outorgante pode verificar o cumprimento do objeto do contrato realizando vistorias, efetuando inspeções, ou pedindo informações que considere necessárias.*

*2. As determinações da Primeiro Outorgante emitidas no âmbito da verificação do cumprimento deste contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a Segunda Outorgante, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.*

*Cláusula 11.ª*

*Modificação do contrato*

*1. O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.*

*2. A modificação do contrato obedece a forma escrita.*

*Cláusula 12.ª*

*Suspensão do contrato*

*A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:*

*a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;*

*b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.*

#### *Cláusula 13.<sup>a</sup>*

##### *Resolução pelas Partes Outorgantes*

*1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:*

*a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;*

*b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.*

*2. Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeiro Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.*

#### *Cláusula 14.<sup>a</sup>*

##### *Revogação*

*1. As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.*

*2. A revogação obedece a forma escrita.*

#### *Cláusula 15.<sup>a</sup>*

##### *Foro competente*

*Para a resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução deste contrato de delegação de competências será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal (TAF) de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.*

#### *Cláusula 16.<sup>a</sup>*

##### *Compromisso da despesa*

*O encargo decorrente do presente contrato está previsto no código \*\*\*\*\*, ação \*\*\*, das Grandes Opções do Plano (GOP) em vigor, estando cabimentado para o exercício de 2017 na rubrica orçamental abaixo indicada, e comprometido nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro (LCPA), conforme Ficha de Compromisso da Divisão de Administração e Finanças com o número sequencial de Compromisso n.º \*\*\*\*\*/2017:*

*----- Classificação Orgânica – 01.02 – Câmara Municipal e Serviços Municipais;*

*----- Classificação económica – 08.05.01.02 – Transferências de capital/Administração Local/Continente/Freguesias.*

Ata N.º	08/2016
Livro N.º	Folha N.º
38	

*O presente contrato, lavrado em duplicado, destinando-se um exemplar a cada outorgante, ambos valendo como originais, está escrito em cinco folhas de uma face, rubricadas pelos outorgantes, exceto a última que vai assinada pelos mesmos.” -----*

**----- e) Apreciação e aprovação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Exercício de 2016. -----**

----- Foram presentes à reunião o Relatório de Gestão e a Prestação de Contas referentes ao exercício de 2016, bem como o Mapa Síntese dos Bens Inventariados (modelo F4), oportunamente entregues à Vereação. -----

----- Relativamente à Execução Orçamental do exercício de 2016, verifica-se no Mapa de Fluxos de Caixa anexo à Prestação de Contas que o montante total das Receitas Orçamentais, incluído o saldo da gerência anterior no montante de € 426.969,18 (quatrocentos e vinte e seis mil, novecentos e sessenta e nove euros e dezoito cêntimos), foi de € 6.561.840,46 (seis milhões, quinhentos e sessenta e um mil, oitocentos e quarenta euros e quarenta e seis euros), sendo o montante das Despesas Orçamentais realizadas no montante de € 5.755.520,16 (cinco milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e vinte euros e dezasseis cêntimos), transitando um saldo para a gerência seguinte no valor de € 806.320,30 (oitocentos e seis mil, trezentos e vinte euros e trinta cêntimos). -----

----- Relativamente às Operações de Tesouraria, verifica-se no mesmo Mapa que o montante das entradas de fundos (recebimentos), incluído o saldo da gerência anterior no montante de € 266.516,66 (duzentos e sessenta e seis mil, quinhentos e dezasseis euros e sessenta e seis cêntimos), se cifrou no montante de € 662.065,89 (seiscentos e sessenta e dois mil, sessenta e cinco euros e oitenta e nove cêntimos), constatando-se uma saída de fundos (pagamentos) no valor de € 374.918,22 (trezentos e setenta e quatro mil, novecentos e dezoito euros e vinte e dois cêntimos)), transitando um saldo para a gerência seguinte no valor de € 287.147,67 (duzentos e oitenta e sete mil, cento e quarenta e sete euros e sessenta e sete cêntimos).-----

----- Conforme Relatório de Gestão constata-se que: -----

----- a) O Município cumpriu a regra do equilíbrio orçamental definida no n.º 2 do art.º 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprova o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (doravante RFALEI), visto que o saldo corrente (diferença entre a receita corrente e a despesa corrente) ascendeu ao valor de € 1.171.352,85 (um milhão, cento e setenta e um mil, trezentos e cinquenta e dois euros e oitenta e cinco cêntimos), significativamente superior ao montante das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo (€ 576.149,70).-----

----- b) A dívida total do Município reportada a 31 de dezembro de 2016, apurada nos termos definidos no n.º 2 do art.º 52.º do RFALEI, ascendeu a € 4.352.660,75 (quatro milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e sessenta euros e setenta e cinco cêntimos).-----

----- c) A dívida total, excluídos os empréstimos, ascende a € 728.105,84 (= € 4.352.660,75 – € 3.624.554,91), que é muito inferior a 75% da média da receita corrente líquida dos últimos três exercícios (€ 3.997.013,21), sendo assim respeitada a condicionante prevista no art.º 58.º, n.º 1, alínea b) do RFALEI; -----

----- d) A dívida total não ultrapassa a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores (€ 5.329.350,95), pelo que é respeitada a condicionante do art.º 58.º, n.º 2, do RFALEI; -----

----- e) A dívida total é inferior ao limite da dívida definido no n.º 1 do art.º 52.º do RFALEI, limite esse apurado no montante de € 7.994.026,43 (sete milhões, novecentos e noventa e quatro mil, vinte e seis euros e quarenta e três cêntimos), pelo que, de acordo com a alínea b), do n.º 3, do mesmo artigo 52.º, o Município só pode aumentar aquele limite em 2017 no valor correspondente a 20 % da margem disponível no início do exercício. -----

----- Conforme Demonstração de Resultados constante da Prestação de Contas, o resultado líquido do exercício ascende a € 653.324,73 (seiscentos e cinquenta e três mil, trezentos e vinte e quatro euros e setenta e três cêntimos). -----

----- No Relatório de Gestão o Sr. Presidente da Câmara propõe, nos termos do ponto 2.7.3. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, que aqueles resultados líquidos sejam levados à conta 59 – Resultados Transitados, e seja constituído o reforço anual da conta 571 – “Reservas legais” no valor de € 32.666,24 (trinta e dois mil, seiscentos e sessenta e seis euros e vinte e quatro cêntimos), correspondente a 5% do referido resultado líquido do exercício, não havendo necessidade de reforço do património visto o valor contabilístico da conta 5.1 – “Património” ser já superior a vinte por cento do ativo líquido. -----

----- Os documentos de prestação de contas elencados encontram-se integralmente elaborados e devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após esclarecimentos prestados pelo Sr. Presidente, o Executivo, ao abrigo da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou por maioria absoluta, com abstenção do Sr. Vereador Cristóvão Ferreira, aprovar o



Ata N.º <b>08/2016</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>38</b>	

## APROVAÇÃO EM MINUTA

## ENCERRAMENTO

----- E não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi rubricada e assinada pelo Sr. Presidente e por mim que a secretariei. -----